



Entidade Adjudicante 	Gabinete Nacional de Segurança
Número Processo Despesa 	4388 029 660
Procedimento 	Ajuste Direto
Objeto do Contrato 	Serviços de desenvolvimento do site C-Academy

CADERNO DE ENCARGOS

Despacho de Aprovação:

Aprovo, ao abrigo de competência própria prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 17.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o disposto nos artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

Concordo e autorizo.

O Diretor-Geral,

**António Gameiro Marques
Contra-Almirante**

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	2
CAPÍTULO I - Disposições Gerais	2
Artigo 1.º Objeto	2
Artigo 2.º Contrato	2
Artigo 3.º Duração e vigência do Contrato	2
CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais	2
SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário	2
Artigo 4.º Obrigações principais do adjudicatário	2
Artigo 5.º Prazo de fornecimento	3
Artigo 6.º Local da prestação dos serviços	3
Artigo 7.º Conformidade dos serviços.....	3
Artigo 8.º Inspeção dos serviços	3
Artigo 9.º Inconformidades ou discrepâncias	4
Artigo 10.º Receção dos serviços.....	4
Artigo 11.º Aceitação dos serviços	4
Artigo 12.º Rejeição dos serviços	5
Artigo 13.º Fatura Eletrónica	5
Artigo 14.º Garantia dos serviços	5
Artigo 15.º Dever de sigilo	5
SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante	5
Artigo 16.º Preço Base	5
Artigo 17.º Preço Contratual.....	6
Artigo 18.º Condições de pagamento	6
Artigo 19.º Mora no pagamento	6
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato	7
Artigo 20.º Penalidades contratuais	7
Artigo 21.º Força maior	7
Artigo 22.º Resolução por parte do contraente público	8
Artigo 23.º Resolução por parte do adjudicatário	8
Artigo 24.º Execução da caução	9
CAPÍTULO IV – Disposições Finais	9
Artigo 25.º Comunicações e notificações	9
Artigo 26.º Cessão da posição contratual e subcontratação.....	9
Artigo 27.º Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	9
Artigo 28.º Fiscalização	10
Artigo 29.º Gestor do Contrato	10
Artigo 30.º Acesso às instalações	10
Artigo 31.º Proteção de dados	10
Artigo 32.º Foro competente	11
PARTE II – CLÁUSULAS ESPECIAIS.....	11
Artigo 33.º Requisitos Técnicos.....	11
ANEXO A – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	12

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição dos serviços discriminados no anexo A, pela Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete Nacional de Segurança, doravante designado por contraente público.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O caderno de encargos e respetivos anexos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.

Também em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente artigo e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 4.º | Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
 - a. Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;

- b. Obrigação de garantia dos serviços, caso aplicável;
- c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cações e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;
- d. Obrigação de manter a entidade adjudicante atualizada das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.
- e. Compromete-se a adotar medidas de não prejudicar significativamente os objetivos ambientais comunitários e nacionais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de "não prejudicar significativamente" (Comunicação da Comissão nº 2021/C58/01)

Artigo 5.º | Prazo de prestação dos serviços

O prazo para o cumprimento das obrigações contratuais será o constante da proposta do adjudicatário.

Artigo 6.º | Local da prestação dos serviços

1. Os serviços serão prestados na Rua da Junqueira, 69, 1300-342 Lisboa.

O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação dos serviços objeto do contrato, o seguinte:

- a. Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
- b. Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.

O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do serviço.

Artigo 7.º | Conformidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos serviços objeto do contrato, apuradas nos termos artigo 9.º n.º 1.

Artigo 8.º | Inspeção dos serviços

1. Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase da inspeção, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo

fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 9.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção, nos termos do artigo anterior.
4. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente contrato ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do serviço terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

Artigo 10.º | Receção dos serviços

1. Após a prestação dos serviços, deve ser emitida a respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
 - a. Número do Processo de Despesa (NPD);
 - b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
 - c. Número do Compromisso;
 - d. Morada;
 - e. IBAN e código SWIFT;
 - f. Endereço de Email;
 - g. NIPC ou VAT NUMBER.
2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA.

Artigo 11.º | Aceitação dos serviços

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 8.º comprovem a total conformidade dos serviços objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo

de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos serviços objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 12.º | Rejeição dos serviços

1. Os serviços rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário.

Artigo 13.º | Fatura Eletrónica

O adjudicatário deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor.

Artigo 14.º | Garantia dos serviços

1. A garantia dos serviços importa o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos serviços são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 15.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade do Gabinete Nacional de Segurança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 16.º | Preço Base

1. O preço acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de 19.600,00€ (dezanove mil e seiscentos euros) (IVA excluído), considerado como parâmetro base do preço contratual.
2. Caso o procedimento seja constituído por lotes, deverá ser respeitado o preço base de cada lote definido no Anexo A, não podendo em qualquer caso ser ultrapassado.

Artigo 17.º | Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, é da responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
4. O contrato a celebrar não será objeto de negociação nem de revisão de preços, exceto em cumprimento de regimes imperativos legalmente previstos.

Artigo 18.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.

Artigo 19.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no artigo anterior, quando aplicável.

4. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato

Artigo 20.º | Penalidades contratuais

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante notificará-lo-á para cumprir dentro de um prazo não superior a 5 dias, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse na prestação.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;
 - b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 1,5‰, por cada dia de atraso;
 - c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 3‰, por cada dia de atraso.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
5. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 21.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 22.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no artigo 5.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 23.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 24.º | Execução da caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não foi exigida caução.

CAPÍTULO IV – Disposições Finais

Artigo 25.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato ou para os endereços de correio eletrónicos indicados para o efeito nas cláusulas do contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 26.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
 - a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar a cessão da posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
 - b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - c. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Adjudicatário não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 27.º | Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante das suas obrigações, desde que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato que será indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial do procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Artigo 28.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 29.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 30.º | Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Artigo 31.º | Proteção de dados

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;

- b. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - c. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, ao abrigo do contrato;
 - d. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados;
 - e. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - f. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais;
2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Artigo 32.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 33.º | Requisitos Técnicos

A Extensão do Fornecimento faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando do Anexo A.

ANEXO A – Especificação Técnica

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DO SITE C-ACADEMY

A. REQUISITOS GERAIS

Considerando a Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço (RJSC), transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União, o Centro Nacional de Cibersegurança deve garantir que o País usa o ciberespaço de uma forma livre, confiável e segura, através da promoção da melhoria contínua da cibersegurança nacional e da cooperação internacional, em articulação com todas as autoridades competentes.

Considerando, ainda, os termos da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023 (ENSC), aprovada em Conselho de Ministros, no dia 23 de maio de 2019, e publicada através da resolução nº 92/2019, de 5 de junho de 2019, que define seis eixos de intervenção.

Decorre a necessidade de capacitar recursos humanos em cibersegurança no país, em consequência das exigências do RJSC e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de junho), nomeadamente no que se refere à Administração Pública, aos operadores de infraestruturas críticas, aos operadores de serviços essenciais e aos prestadores de serviços digitais. Decorre, também, a necessidade de dar resposta às orientações estratégicas expressas na ENSC, em particular no que diz respeito ao Eixo 2 – Prevenção, educação e sensibilização.

Neste contexto, encontra-se em desenvolvimento o programa C-Academy - Programa de Formação Avançada em Cibersegurança, pelo Centro Nacional de Cibersegurança, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Este programa tem como objetivos: qualificar e requalificar recursos humanos de acordo com o Referencial de Competências de Cibersegurança (RCC); disponibilizar conteúdos e formações alinhados com o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança (QNRCS); convergir com os Digital Innovation HUBs; alcançar uma distribuição geográfica que permita abranger todo o território nacional; e formar pelo menos 9800 formandos até ao primeiro trimestre de 2026 em parceria com várias instituições de ensino superior, prevendo-se a realização de cerca de 450 ações de formação de 44 cursos distintos. O presente Caderno de Encargos diz respeito à aquisição de serviços para desenvolver o site C-Academy.

B. DEFINIÇÕES

No âmbito do presente documento consideram-se relevantes as definições contidas no RJSC, as disposições técnicas contidas no Decreto-Lei n.º 65/2021, bem como as definições expressas na ENSC, no QNRSC, no RCC e as comumente constantes na literatura técnica e normativa no âmbito da segurança das redes e dos sistemas de informação.

C. REQUISITOS MÍNIMOS

Por intermédio da C-Academy, foram desenvolvidas parcerias entre diversas instituições de ensino e o CNCS. Neste âmbito, as Instituições de Ensino Superior (IES) entregam à C-Academy 44 conteúdos formativos distintos para serem ministrados em IES dispersas por todo o território nacional.

Neste contexto, é necessário um site dedicado que centralize toda a informação da C-Academy, permitindo, entre outras atividades, recolher as inscrições dos formandos, dos formadores, divulgar informação dos 44 cursos e o detalhe e calendarização das cerca de 450 ações de formação.

Com base no manual de identidade visual da C-Academy e orientações gráficas facultadas pelo CNCS, o site deverá proporcionar uma experiência de navegação fácil e intuitiva e estar otimizado para os melhores resultados de pesquisa nos motores de busca.

O site deverá informar, nomeadamente, sobre a oferta formativa, respetiva descrição detalhada e lista de pré-requisitos quando aplicável. Deverá conter, ainda, informação sobre a parceria com as Instituições de Ensino Superior e deverá prever uma área de apoio ao utilizador, bem como, uma seção de perguntas frequentes e uma secção de notícias e informações relevantes.

De sublinhar que o site C-Academy deverá estar integrado com o sistema de gestão de aprendizagem (LMS) para fornecer uma experiência completa de aprendizagem aos formandos e permitir uma gestão fácil e integrada dos processos e procedimentos da academia e das ações de formação.

Os utilizadores devem poder filtrar os cursos por categoria, carga horária, nível de exigência, instituição de ensino, (etc.) facilitando a pesquisa desejada. Os utilizadores devem, ainda, poder inscrever-se diretamente no site e aceder à descrição detalhada dos cursos bem como, de cada ação de formação.

Em suma, este processo aquisitivo pretende contratar serviços para desenvolver o site C-Academy no sentido de oferecer uma interligação com o LMS, bem como, informação completa e eficaz sobre os cursos, as ações de formação, os formadores e as Instituições de Ensino Superior parceiras, proporcionando uma experiência fácil, interativa e personalizada aos utilizadores.

Para melhor entendimento das atividades a desenvolver no âmbito do processo aquisitivo em apreço, dividem-se os requisitos mínimos em 7 áreas: i) Descrição do serviço a ser prestado; ii) Requisitos Mínimos da Estrutura do Site; iii) Qualificações e Experiência; iv) Estruturação do Departamento de Qualidade C-Academy; v) Documentação técnica; e vi) Especificações Técnicas de Segurança.

i. Descrição sumária do serviço a ser prestado:

- a. Desenvolvimento de uma página web dinâmica que permita projetar a marca C-Academy, recolher inscrições e fornecer informações detalhadas sobre os seus serviços de formação;
- b. Integração do site com o sistema de gestão de aprendizagem (LMS) para fornecer uma experiência completa de aprendizagem aos formandos e permitir uma gestão fácil e integrada dos processos e procedimentos da academia e das ações de formação;
- c. Instalação da solução na infraestrutura do CNCS;
- d. O site deverá, pelo menos, disponibilizar de forma clara e organizada:
 - i. Informação sobre a oferta formativa C-Academy (44 cursos) com descrições detalhadas e pré-requisitos, quando aplicável;
 - ii. Um catálogo dinâmico de cursos, percursos formativos e programas de formação com detalhes e preços e com a possibilidade de fazer download desses conteúdos;
 - iii. Um calendário dinâmico e o detalhe de cada ação de formação;
 - iv. Um calendário dinâmico de todas as ações de formação com possibilidade de filtragem;
 - v. Um Calendário dinâmico de eventos e notícias da academia;
 - vi. Uma ferramenta de pesquisa avançada para encontrar cursos específicos;
 - vii. Informação sobre a C-Academy e os seus parceiros;
 - viii. Uma secção de apoio ao utilizador;
 - ix. Uma secção de perguntas frequentes;

- x. Formulários de pedido de informação e de inscrição para permitir aos utilizadores entrar em contacto com a academia e se inscreverem para cursos.
- e. Deve ser permitido aos utilizadores do site:
 - i. Pesquisar e filtrar os cursos e ações de formação por, pelo menos, data, nível de exigência, local da formação e percurso formativo;
 - ii. Proceder à inscrição diretamente no site e aceder ao LMS.
- f. O design deve ser responsivo para garantir acessibilidade e funcionalidade em diferentes dispositivos e resoluções;
- g. Prever um sistema de gestão de conteúdo (CMS) para garantir a facilidade de atualização e gestão do site;
- h. Integração com ferramentas de análise para acompanhar o desempenho do site e as ações dos utilizadores;
- i. Integração com as principais redes sociais e outras plataformas para aumentar a visibilidade e engajamento do site;
- j. Possibilidade de apresentar testemunhos e avaliações de formandos, informações de contato e localização da academia;
- k. Suporte a SEO (otimização para mecanismos de busca: O site deve ser otimizado para mecanismos de busca, incluindo palavras-chave relevantes, URLs amigáveis e meta tags e descrições adequadas;
- l. Manutenção e suporte: O site deve ser mantido atualizado e a funcionar corretamente através de suporte técnico disponível para garantir que o site funcione sem problemas;
- m. Manutenção e suporte: deverá ser salvaguardada uma bolsa de horas para manutenção corretiva e evolutiva;
- n. Utilização do Manual de Identidade da C-Academy com as especificações para o uso correto da marca, incluindo a paleta de cores, tipografia, logotipo, ícones e outros elementos gráficos usados no site;
- o. Respeito pelas boas práticas definidas no Guia de Usabilidade - Recomendações e boas práticas de usabilidade e *user experience* para entidades da Administração Pública, que se encontra publicado em <https://usabilidade.gov.pt>;
- p. Respeito pelas boas práticas de acessibilidade disponíveis em: <https://www.acessibilidade.gov.pt/>;
- q. Respeito, no que for aplicável, pelos princípios do mosaico, que se encontram publicados em <https://mosaico.gov.pt/principios>;

- r. O site deve estar protegido através da utilização do protocolo HTTPS e da colocação no servidor de certificados digitais necessários para garantir a sua segurança e autenticidade, sendo que os certificados serão fornecidos pelo CNCS;
 - s. Boas praticas de segurança web para prevenir ataques, problemas de privacidade, e manter a integridade do site;
 - t. Suporte para vários idiomas, nomeadamente inglês.
- ii. A estrutura do site deve permitir, pelo menos, os seguintes campos:
 - a. Página inicial: com informação genérica C-Academy e possibilidade de destaque para cursos ou ações de formação;
 - b. Cursos: Uma seção dedicada à oferta formativa com a lista completa dos 44 conteúdos formativos distintos, respetiva calendarização, bem como, uma breve descrição do curso e dos pré-requisitos, quando aplicável;
 - c. Parcerias: Uma seção dedicada para descrever o âmbito e a natureza das diversas parcerias da C-Academy;
 - d. Instituições de Ensino: seção com listagem e informação de todas as Instituições de Ensino que oferecem os cursos da Academia de Formação. Os utilizadores devem ser capazes de pesquisar por nome da Instituição de Ensino ou por localização geográfica;
 - e. Inscrição: Uma seção dedicada à inscrição nas ações de formação. Os utilizadores devem ser capazes de selecionar um curso e se inscrever diretamente no site. Deve haver também informações sobre os prazos de inscrição e requisitos adicionais, se houver;
 - f. Suporte ao cliente: Uma seção de suporte ao cliente onde os utilizadores podem encontrar respostas para perguntas frequentes e entrar em contato com a equipe de suporte para obter assistência adicional;
 - g. Prazos e custos: Os prazos para entrega dos cursos e os custos devem ser claramente indicados no site.
- iii. Requisitos Técnicos:
 - a. Linguagem de programação back-end: PHP 7.0 ou superior;
 - b. Base de dados: MariaDB 10.6 ou superior;
 - c. Sistemas operativos: Rocky Linux 9
 - d. Certificado SSL/TLS para criptografia de dados;

- e. Técnicas de otimização de desempenho, como compressão de arquivos, cache de página e CDN;
 - f. Técnicas de segurança, como autenticação de utilizadores, prevenção de CSRF, proteção contra SQL injection e XSS;
 - g. Integração com sistemas de pagamento, como PayPal, MBWay, etc.;
 - h. Integração com sistema de gestão de aprendizagem (LMS) através de API;
 - i. Implementação de SEO on-page, incluindo meta tags, descrições e sitemap XML;
 - j. Implementação de Matomo para análise de tráfego e eventos;
 - k. Capacidade do site para se adaptar a dispositivos móveis e tablets;
 - l. Design de interface limpo e moderno, com atenção à usabilidade e acessibilidade;
 - m. Suporte a diferentes navegadores, como Chrome, Firefox, Safari, Edge, etc.;
 - n. Testes unitários e de integração para garantir a qualidade do código e evitar regressões.
- iv. Qualificações e experiência expectáveis da equipa
- a. Experiência comprovada em desenvolvimento web e criação de sites robustos e escaláveis;
 - b. Proficiência em linguagens de programação front-end e back-end;
 - c. Experiência em desenvolvimento de sistemas de gestão de conteúdo (CMS), integração de API e LMS;
 - d. Conhecimento em UX/UI design e desenvolvimento de interfaces responsivas e acessíveis;
 - e. Experiência em implementação de técnicas de SEO e otimização de desempenho do site;
 - f. Capacidade e facilidade de trabalho em equipa, comunicação efetiva e gestão de projetos;
 - g. Adicionalmente, é desejável:
 - i. Conhecimento atualizado das tendências e tecnologias mais recentes do setor;
 - ii. Capacidade para lidar com problemas técnicos complexos e habilidade para encontrar soluções inovadoras para os desafios apresentados.
 - iii. Histórico de entrega de projetos de alta qualidade no prazo e dentro do orçamento.
- v. No âmbito do desenvolvimento do site da C-Academy consideram-se necessário produzir a seguinte documentação técnica:

- a. Especificação técnica: documento com detalhe das especificações técnicas do site, incluindo as linguagens de programação, bibliotecas e frameworks, base de dados, servidor web, certificado SSL/TLS, técnicas de otimização de desempenho e segurança, integrações, entre outros;
- b. Diagrama de arquitetura: descrição da arquitetura de software do site, incluindo as camadas de aplicação, base de dados, serviços externos, cache, entre outras.
- c. Diagrama de fluxo de dados: descrição de como os dados fluem entre as diferentes partes do site, desde a interface do utilizador até à base de dados.;
- d. Documentação de API: descrição do funcionamento das integrações, nomeadamente com plataformas de pagamento e sistema de gestão de aprendizagem;
- e. Manual de utilizador: instruções detalhadas sobre como usar o site, incluindo forma de autenticação, como navegar pelo site, método de inscrição nas ações de formação, meios de pagamentos, entre outras informações importantes para os utilizadores;
- f. Documentação de testes: Descrição de casos de teste e os procedimentos de teste a serem realizados para garantir a qualidade do site;
- g. Documentação de manutenção: Descrição das tarefas de manutenção necessárias para garantir que o bom funcionamento do site.

vi. Especificações Técnicas de Segurança

- a. Requisitos de Desenho, arquitetura e desenvolvimento de soluções:
 - i. A utilização das melhores práticas de security by design, incluindo o uso de Security Technical Implementation Guides (STIG) adequados ao objeto do contrato;
 - ii. A conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos pelo Centro Nacional de Cibersegurança para Arquitetura de Segurança das Redes e Sistemas de Informação (desenvolvidos no âmbito das candidaturas ao SAMA2020, mas com aplicabilidade a outros projetos de desenvolvimento de sistemas de informação), disponível em https://www.cncs.gov.pt/content/files/SAMA2020_RASRSI_CNCS.pdf;
 - iii. Garantir que todas as bibliotecas, blocos de código e módulos reutilizados ou desenvolvidos à medida se encontram na sua versão mais atual, desde o seu desenvolvimento à entrada em produção;

- iv. Caso aplicável, o código desenvolvido deve ser, preferencialmente, assinado digitalmente (Code Signing Certificate – CSC) recorrendo a certificados digitais qualificados;
 - v. A especificação e documentação detalhada de qualquer interface de ligação que seja necessário desenvolver, com o foco primário de garantir a segurança, confidencialidade, interoperabilidade e a qualidade dos dados que interliga e a boa performance da solução como um todo;
 - vi. O desenvolvimento aplicacional deverá respeitar as medidas e princípios de segurança apresentadas e recomendadas pela OWASP Foundation, devendo ser demonstrada a execução deste requisito, incluindo a indicação dos princípios e recomendações não observados, devidamente justificadas. Em especial, podem ser observadas e demonstrada a conformidade com as recomendações em <https://owasp.org/www-project-application-security-verification-standard/>;
 - vii. O desenvolvimento de interfaces gráficas ou APIs, quando existam, deverá respeitar as medidas e princípios de segurança apresentadas e recomendadas pela OWASP Foundation, devendo ser demonstrada a execução deste requisito, incluindo a indicação dos princípios e recomendações não observados, devidamente justificadas. Em especial, podem ser observadas e demonstrada a conformidade com as recomendações em https://www.owasp.org/index.php/REST_Security_Cheat_Sheet;
- b. Testes de aceitação
- i. A solução a desenvolver, deverá ser sujeita a teste através do serviço Webcheck.PT, disponibilizado online pelo CNCS e pela Associação DNS.PT (.PT), devendo cumprir com todos requisitos obrigatórios e, preferencialmente, com os opcionais. Caso não cumpra algum dos requisitos, a Entidade Adjudicatária deverá justificar a razão para tal;
 - ii. A realização de testes funcionais, técnicos, de segurança e de desempenho por parte da Entidade Adjudicatária (sem prejuízo da realização de teste por uma terceira entidade) na versão final apresentada para aceitação, nos termos e condições estabelecidos no plano de testes;
 - iii. Na sequência do ponto anterior, a elaboração do respetivo relatório por parte da Entidade Adjudicatária, onde conste:

1. A identificação dos testes (de intrusão, de ciber-resiliência, etc.) realizados;
 2. Os resultados obtidos, a conformidade com as especificações técnicas e o programa de testes, bem como, os erros, as falhas e as vulnerabilidades identificadas, e ainda indicadores de desempenho obtidos;
 3. As medidas corretivas dos erros e falhas e das melhorias de desempenho aplicadas;
 4. Os resultados finais da repetição do teste, após a implementação das medidas referidas na alínea anterior;
- iv. A Entidade Adjudicante poderá requerer ao adjudicatário esclarecimentos ou a repetição dos testes, acompanhados por representantes seus, em que subsistam dúvidas;
 - v. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de efetuar testes, por meios próprios e/ou por contratação de terceiros;
 - vi. A Entidade Adjudicatária fica obrigada a corrigir, mitigar ou melhorar os erros ou faltas de desempenho que a Entidade Adjudicante, ou entidade terceira, tenham identificado nos seus testes;
 - vii. Os prazos para a concretização dos números anteriores serão estabelecidos conjuntamente entre as partes, aquando da elaboração do plano de testes;
 - viii. Caso subsista alguma não conformidade ou valor fora das gamas aceitáveis para a aceitação, por acordo entre as partes pode-se proceder a uma aceitação provisória e condicionada, em que as não conformidades e os fora da gama aceitáveis, serão registadas num auto de aceitação provisório condicionado, e será fixado, um prazo dentro do qual aquelas anomalias serão superadas, após o que será elaborado o auto de aceitação provisória e terá início o período de garantia;
 - ix. Os testes e as fases seguintes, a aceitação provisória, a garantia técnica e a aceitação definitiva, serão autónomas, decorrendo cada uma delas desfasada no tempo com base na data de finalização da respetiva fase de desenvolvimento.
 - x. Aceitação provisória (início do período de garantia)
 1. A aceitação provisória dependerá dos resultados dos testes, os quais devem demonstrar a conformidade com os requisitos, com as gamas de valores considerados aceitáveis e que as correções

e mitigações de erros, falhas e vulnerabilidades foram efetuadas com sucesso;

2. Uma vez que os testes atinjam os resultados estabelecidos, a Entidade Adjudicante lavrará, em conjunto com a Entidade Adjudicatária, um auto de aceitação provisória dos bens e serviços fornecidos, nos termos do CCP, onde ficará registada a data de aceitação dos mesmos.

xi. Aceitação definitiva:

1. Ocorrerá no final do período de garantia técnica da solução a desenvolver e desde que não existam resolução de problemas pendentes, detetados durante o período de garantia;
2. Poderão ser efetuados testes finais de aceitação definitiva em função dos problemas que tenham ocorrido durante o período de garantia;
3. Será objeto de auto de aceitação definitiva nos termos do CCP;

D. ENTREGÁVEIS

Todos os entregáveis e materiais desenvolvidos serão alvo de análise por parte do CNCS com vista à sua aceitação formal, podendo o CNCS efetuar recomendações de melhoria ou reformulação visando a devida adequação e aceitação.

Os prazos de aceitação dos conteúdos por parte do CNCS a partir do momento que os mesmos lhe são entregues formalmente para validação serão de 30 dias úteis. Caso o prazo seja excedido não poderá este ser considerado motivo de aceitação tácita dos conteúdos, sendo no entanto motivo de justificação de atraso no cumprimento dos prazos do contrato estabelecido.

E. PROPRIEDADE DOS CONTEÚDOS

Ao CNCS não caberão custos adicionais relativos a direitos de autor de terceiros, responsabilidades pela utilização indevida de imagem ou texto abrangidos por propriedade intelectual ou industrial.

Os conteúdos desenvolvidos, após aceitação final, serão propriedade do CNCS não podendo ser reproduzidos, copiados ou reutilizados sem a expressa autorização destas entidades.